

O CONTROLE INTERNO NAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
INTERNAL CONTROL IN MICRO BUSINESSES AND SMALL BUSINESSES

João Paulo Silva do Nascimento

Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA)

Me. Douglas Willyam Rodrigues Gomes

Centro Universitário Católica de Quixadá (UNICATÓLICA)

Dra. Oderlene Vieira de Oliveira

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral apresentar o controle interno como ferramenta de desenvolvimento às microempresas e empresas de pequeno porte, buscando a tomada de decisão mais eficaz. O referencial teórico foi embasado na literatura de autores, como Almeida (2010), Attie (2010), Crepaldi (2007), Godoy (1998), Oliveira (2001), Silva Júnior (2001) e dentre outros, nas quais abordam conceitos pertinentes às ferramentas de controle interno. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa descritiva, aplicando uma abordagem do problema de forma qualitativa. A coleta e análise dos dados tiveram como fundamento a aplicação de um questionário dicotômico aberto às justificativas com proprietários ou gerentes das microempresas e empresas de pequeno porte. As empresas abordadas estão situadas em um município do Sertão Central do Ceará. Como resultados destaca-se a apresentação do percentual de empresas que utilizam as ferramentas do controle interno, uma vez que oferece vantagens à gestão empresarial, desde que seja aplicado e monitorado de forma adequada, auxiliando os gestores a proteger seus ativos, através de informações exatas, confiáveis e oportunas, buscando prevenir erros, fraudes e atos ilícitos. Conclui-se que o controle interno é parte integral na execução do processo administrativo, sendo responsável pela criação de padrões e medição de desempenho. Ademais, oportuniza os instrumentos de crescimento, desenvolvimento, rentabilidade e confiança no mercado, para uma gestão empreendedora, eficiente e eficaz.

Palavras-chave: Controle Interno. Gestão. Empresas.

ABSTRACT

This paper aims to present the internal control as a development tool for micro businesses and small businesses, seeking the most effective decision-making. The theoretical framework was based on the literature of the authors Almeida (2010), Attie (2010), Crepaldi (2007), Godoy (1998), Oliveira (2001), Silva Júnior (2001), among others who work with concepts related to internal control tools. As methodology, a descriptive research was carried out, and it was applied a qualitative approach to the problem. Data collection and analysis were based on the application of a dichotomous questionnaire open to justifications with owners or managers of micro businesses and small businesses. This companies are located in a town from the midland of Ceará. As a result, we highlight the presentation of the percentage of companies that use the tools of internal control, since they offer advantages to business management, when they are properly applied and monitored adequately, helping managers to protect their assets through accurate, reliable and timely information, seeking to prevent errors, fraud and illegal acts. It is concluded that internal control is an integral part in the execution of the administrative process, being responsible for the creation of standards and performance measurement. Furthermore, it provides opportunities for the instruments of growth, development, profitability and confidence in the market for an efficient and effective entrepreneurial management.

Keywords: Internal Control. Management. Companies.

1 INTRODUÇÃO

Com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, houve a necessidade da empresa ampliar suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral, principalmente visando à redução de custos e, portanto, tornando mais competitivos seus produtos e serviços do mercado (ALMEIDA, 2010).

Desta forma, o controle interno está diretamente relacionado ao crescimento acelerado das atividades econômicas das empresas, visto que contribui de maneira eficiente na execução das atividades para realizar os objetivos empresariais. Pereira (2004, p. 42) considera que “o controle interno possui relevância para o processo de gestão das empresas por sua contribuição informativa que colabora para a gestão dos empreendimentos”.

As empresas possuem no seu programa de administração metas a serem alcançadas, os gestores e proprietários visam lucratividade, crescimento, desenvolvimento, estabilidade e confiança no mercado, valores esses que correspondam ao reconhecimento e sucesso empresarial. No entanto, é relevante que as microempresas e empresas de pequeno porte, por estarem em constante ascensão, possam verificar e analisar a existência e atuação do controle interno como meio de visualizar todos os procedimentos desenvolvidos internamente na empresa, para que, através dessa análise, busquem novos caminhos e investimentos.

O controle interno corresponde a um sistema, que visa controlar um sistema ainda maior, no qual são definidos os procedimentos de cada uma das atividades necessárias para a operação da empresa. Esse sistema de controle compreende o plano de organização, os deveres, as responsabilidades e todos os demais métodos e medidas adotadas com o intuito de salvaguardar os ativos, verificar a fidedignidade das informações, promover a eficiência organizacional e estimular a comunicação e o cumprimento das políticas, normas e procedimentos administrativos adotados pela entidade (CREPALDI, 2004).

O presente trabalho possui a seguinte questão de pesquisa: como as microempresas e empresas de pequeno porte (EPP) fazem uso das ferramentas de controle interno?

A pesquisa tem como objetivo geral: apresentar o controle interno como ferramenta de desenvolvimento às microempresas e empresas de pequeno porte, buscando a tomada de decisão mais eficaz. Ademais, possui como objetivos específicos: I) caracterizar as microempresas e empresas de pequeno porte; II) identificar os controles aplicáveis às microempresas e empresas de pequeno porte.

O referido trabalho justifica-se, pois o processo do controle interno relaciona-se com o planejamento para que se tenham mais facilidades na tomada das decisões organizacionais. Como auxílio do controle interno, a gestão alimenta o seu modelo de decisão com informações adequadas e fidedignas recolhidas e analisadas diariamente, para que a sua tomada de decisão seja a mais tempestiva possível.

Desta forma, é necessário que se tenha confiança nos dados fornecidos pelo controle interno, na qual busca proteger o patrimônio e os resultados, auxiliar a administração, promover e avaliar a eficiência patrimonial e comunicar diretrizes e procedimentos adotados pela organização.

Estruturalmente, a primeira parte do trabalho é composta pela introdução. O segundo momento com o referencial teórico, na qual aborda o controle interno nas organizações e sua classificação, além de definir e conceituar microempresas e empresas de pequeno porte. A terceira parte apresenta os resultados e discussões pertinentes às informações obtidas, e, por fim, tem-se as conclusões do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTROLE INTERNO

O controle é parte integral ao pleno desenvolvimento e execução do processo administrativo (planejar, organizar, dirigir e controlar). Ele é o responsável por criação de padrões de desempenho, medição do desempenho atual, a comparação entre o desempenho padrão e o atual, e as possíveis ações corretivas para redirecionar os esforços no caminho dos objetivos inicialmente traçados.

Para Oliveira (2005, p. 427), controlar é comparar o resultado das ações, com padrões previamente estabelecidos, com a finalidade de corrigi-las se necessário. Na contabilidade, o controle também possui funções básicas de apoio nas tomadas de decisões.

Sugere-se a ferramenta do controle interno como um forte aliado na gestão, pois busca reduzir desperdícios, diminuir ocorrência de erros e fraudes, e, principalmente, aumentar a confiança do mercado e

dos clientes, obtendo clareza na exatidão das informações administrativas e contábeis da organização. Esse processo deve alinhar a visão, a missão e os valores das empresas com as atividades desenvolvidas por seus colaboradores.

Segundo Attie (1998, p. 199-200), o "controle interno compreende todos os meios planejados numa empresa para dirigir, restringir, governar e conferir suas várias atividades com o propósito de fazer cumprir os seus objetivos".

O controle interno é o conjunto das disposições incluídas nas organizações e processos, cujo objetivo consiste em assegurar a qualidade da informação, a proteção do patrimônio, o respeito das leis, planos e políticas da direção geral, assim como a eficácia do funcionamento da empresa (BARBIER, 1999).

Controle interno é o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da empresa, administração e outros funcionários, fornecendo a segurança razoável na realização dos objetivos da empresa, no que se refere a confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações efetuadas (RIBEIRO; RIBEIRO, 2011).

De acordo com Attie (2010, p.155), os objetivos do controle interno são:

- A salvaguarda dos interesses da empresa;
- A precisão e confiabilidade dos informes e relatórios contábeis financeiros e operacionais;
- O estímulo à eficiência operacional;
- Aderência às políticas existentes.

Silva Júnior (2000) afirma serem três os objetivos básicos que devem ser atingidos com o sistema de controle interno, para que se possa considerá-lo eficiente: primeiro, a integridade, que confere a segurança de que todas as operações sejam captadas pelo sistema contábil; segundo, a existência, referente a um controle dentro do sistema que assegure que a informação captada de fato existe e foi devidamente aprovada; e terceiro, a precisão, que se relaciona com a adequada captação pelo sistema, dos valores e quantidades das operações.

Destacam-se os principais objetivos do controle interno, elencados por Oliveira (2001):

- Assegurar o cumprimento das políticas e normas da companhia e da legislação;
- Obter informações adequadas, confiáveis, de qualidade e em tempo hábil, úteis para as tomadas de decisões;
- Comprovar a veracidade dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
- Proteger os ativos e assegurar a legitimidade dos passivos da entidade;
- Estimular a eficiência pessoal;
- Prevenir erros e fraudes, e, em caso de ocorrência, possibilitar sua descoberta e determinar sua extensão, responsabilidade e correção.

São inúmeros os objetivos do controle interno, mas também é relevante que os gestores avaliem os riscos que afetam diretamente a realização dos objetivos, tais como: informações que contém erros nos relatórios, levando a uma tomada de decisão inexata, na qual, por muitas vezes, passam despercebidas. Além das atividades que envolvem a manipulação de bens, direitos e deveres representativos para a empresa.

O controle interno deve ser otimizado e operacionalizado, uma vez sendo o instrumento imprescindível ao planejamento do auditor interno. Almeida (2009, p.65) recomenda modelos de formulários de controles internos que podem ser empregados interna e externamente, os quais também podem ser aproveitados nas pequenas e médias empresas, tais como:

- Requisição de aquisição de material ou serviços;
- Formulário de cotação de preços (para solicitar preços aos fornecedores);
- Mapa de licitação (para selecionar o fornecedor que ofereceu as melhores condições comerciais);
- Ordem de compra (para formalizar a compra junto ao fornecedor);
- Aviso de recebimento de material (evidência do recebimento de bens comprados);
- Mapa de controle de programação financeira;
- Fichas de lançamento contábil;
- Boletins de fundo fixo (para fins de prestação de contas dos valores pagos através do caixa);
- Carta de comunicação com os bancos;
- Formulário de devolução de material;
- Pedido de vendas;
- Adiantamento para viagem;
- Relatório de prestação de contas de adiantamento para viagem.
- Todos os formulários supracitados por Almeida (2009) podem ser aplicados às pequenas empresas

e empresas de pequeno porte, a fim de tornar uma empresa mais eficiente na projeção dos seus objetivos e metas empresariais.

Outras duas importantes ferramentas que fazem parte do controle interno são conceituadas por Godoy (1998, p. 51): “controle interno são controles que também podem ser caracterizados, como contábeis ou administrativos, a saber”, reforçando os controles contábeis e os controles administrativos. Ainda para o autor:

Controles contábeis compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos que tratam e se relacionam com a proteção dos bens e a fidelidade dos registros contábeis, ou seja, fornece uma segurança razoável. Controles administrativos abrangem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos ligados principalmente à eficiência operacionais e obediência às diretrizes administrativas, que normalmente se relacionam apenas diretamente com os registros contábeis (GODOY, 1998, p. 51).

Para Crepaldi (2007), os controles internos de natureza contábil envolvem dentro da empresa todos os sistemas, métodos e procedimentos, empregados dentro dos diversos setores, com o propósito de salvaguardar o patrimônio da empresa como: bens, direitos e obrigações, além da verificação de todos os registros contábeis da empresa, a fim de avaliar se eles se encontram devidamente corretos.

Ainda para o autor, são exemplos desses controles contábeis, o sistema de autorizações que controla as operações através de métodos de aprovações, de acordo com as responsabilidades e riscos envolvidos. Tem-se, ainda, a segregação de tarefas, que cria independência entre as funções de execução operacional, custódia dos bens patrimoniais e sua contabilização. Esses controles reduzem visivelmente o risco de fraudes dentro da empresa.

Os controles administrativos compreendem um plano de organização e todos os métodos e procedimentos utilizados para proporcionar eficiência às operações, dar ênfase à política de negócios da empresa, bem como seus registros financeiros (CREPALDI, 2007, p. 275).

Assim, o controle administrativo busca primar pela obediência das normas e diretrizes da organização, na qual aponta ordem no cumprimento das operações realizadas nos diversos departamentos da empresa. Além disso, é relevante dispor de pessoas qualificadas em seu quadro de colaboradores, sendo estes instruídos de forma adequada por seus supervisores e responsáveis.

Salienta-se que os controles urgem ser constantes, buscando reprimir irregularidades. Evidencia-se também, em algumas organizações, que os empresários, em sua maioria, não percebem as irregularidades, ou até mesmo são coniventes com estas por entenderem que não atingirá a gestão. Muitos deles consideram o controle como um custo a mais à administração.

Deste modo, para aumentar a eficiência operacional, reduzir desperdícios, diminuir ocorrência de erros e fraudes, e principalmente aumentar a confiança do mercado e dos clientes, obter clareza e exatidão nas informações é necessário e importante, para que as organizações possam, assim, implantar o setor de controle interno.

Lopes de Sá (1998) e Peres Junior (2006) concordam que o controle interno é composto por três elementos que devem ser desempenhados adequadamente, a fim de que os objetivos pretendidos sejam alcançados:

- **Existência de um plano de organização:** representado normalmente pelo organograma e complementado por normas internas da administração e manuais de procedimentos. Embora varie com o tipo de empresa, deve ser simples e flexível, conter de forma clara os níveis de responsabilidade e autoridade de cada funcionário, estabelecendo assim a segregação de funções.
- **Sistema de autorização e procedimentos de registros:** assegura o controle contábil. Para que uma operação ou transação flua de maneira eficaz é necessário que haja aprovação em cada uma das etapas ou nos pontos de equilíbrio, para o cumprimento no programa de administração, segundo as responsabilidades determinadas.
- **Utilização do pessoal adequado:** refere-se à escolha de funcionários aptos e experientes, capazes de cumprir os procedimentos estabelecidos de forma eficiente e econômica. Pois, o esmero nas práticas observadas na execução das tarefas e nas funções atribuídas a cada um dos departamentos da empresa determinará a eficiência e eficácia do controle interno.

A área contábil é um setor bastante amplo e complexo, uma vez que possui inúmeros recursos e ferramentas à disposição de seus usuários e profissionais. Diante disso, se faz necessário que as empresas,

além de utilizarem dos trabalhos de auditoria interna, busquem conhecer e adotar um eficiente setor de controle interno para dinamizar e otimizar ainda mais as atividades, tornando-as sólidas e rentáveis, buscando assim alcançar os objetivos e metas planejadas pela empresa.

2.2 MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94/2011 considera-se Microempresa, para efeito do Simples, a pessoa jurídica que tenha acumulado, no ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); ao passo da Empresa de Pequeno Porte, que para efeito do Simples, é a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3,6 (três milhões e seiscentos mil reais).

A lei geral é o novo Estatuto Nacional das Microempresas (ME) e das Empresas de Pequeno Porte (EPP). Instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, veio estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos dos artigos 146, III, "d", 170, IX e 179 da Constituição Federal do Brasil

Esta lei passou por transformações pelas leis complementares 127/2007, 128/ 2008, 133/2009 e pela LC 139/2011, e ficou conhecida como a "Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte", ou, mais sucintamente, das "Leis Gerais das Micro e Pequenas Empresas".

Através da Lei Geral, foi instituído o regime tributário específico para os pequenos negócios, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo e recolhimento, que é o Simples Nacional. Além disso, a Lei prevê benefícios para as pequenas empresas em diversos aspectos do dia a dia, como a simplificação e desburocratização, as facilidades para acesso ao mercado, ao crédito e à justiça, o estímulo à inovação e à exportação.

Evidencia-se que algumas empresas ou indústrias, embora possuam faturamento abaixo do teto máximo permitido, não estão aptas a se enquadrarem neste regime de tributação por força da atividade exercida e também pela quantidade de funcionários que empregam.

Tabela 1 – Classificação de ME e EPP segundo o número de empregados

Porte/ Setor	Indústria	Comércio
Microempresas	Até 19 empregados	Até 9 empregados
Empresas de Pequeno Porte	De 20 até 99 empregados	De 10 a 49 empregados
Médias	De 100 a 499 empregados	De 50 a 99 empregados
Grandes	500 ou mais empregados	100 ou mais empregados

Fonte: SEBRAE (2012, p. 13).

Face ao exposto, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte estão em expansão, além disso são de grande importância para as bases da economia do país em relação à distribuição de renda e empregos. Da mesma forma que se evidencia a abertura de muitas empresas, o seu fechamento também é uma realidade. Porém, as empresas apresentam fragilidade na organização e na gestão, sendo que, na maioria das vezes, os responsáveis são os empresários, não possuindo conhecimento técnico para controlar, organizar e supervisionar as atividades desenvolvidas na organização.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2001) são características das micro e pequenas empresas: baixa intensidade de capital, forte presença de proprietários, sócios e membros da família com mão de obra ocupada, poder decisório centralizado, registros contábeis pouco adequados, baixo investimento em inovação tecnológica, dentre outros.

As empresas estão sujeitas a sofrerem riscos, atualmente a alta competitividade está voltada não só externamente, mas também ameaças internas, que influenciam na qualidade e na obtenção dos resultados através das atividades desenvolvidas. Com o controle interno a empresa estará prevenindo e minimizando a possibilidade de erros e fraudes.

Casarotto (2010) recomenda que as empresas de pequeno porte avaliem o ambiente externo para reconhecer oportunidades e ameaças. Depois, avaliem o seu ambiente interno, para averiguar os pontos fortes e os pontos fracos. A partir disso, o controle interno se constitui como ferramenta de exame, que irá avaliar internamente e identificar os pontos a serem aprimorados em cada setor da empresa.

De acordo com o Portal Brasil (2012), a taxa de sobrevivência das MPEs brasileiras, após dois anos de abertura, é de 73,1%. O Sudeste é a região que apresenta os melhores índices, e a indústria é o setor mais bem-sucedido neste quesito. A cada 100 microempresas e pequenas empresas abertas no Brasil, 73 permanecem em atividade após os primeiros dois anos de existência. Segundo o estudo -Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil, feito pelo SEBRAE, estes são os anos mais críticos para uma empresa.

Portanto, para essa categoria de empresas, deve ser implantado o sistema de controle interno, para que as mesmas possam ter um suporte técnico na tomada de decisão. Não basta apenas gerir, se faz importante e necessário identificar as variáveis internas que influenciam diretamente na sobrevivência da empresa no mercado, pois diversos são os fatores que levam ao fechamento das organizações. Ocorre que algumas destas variáveis podem ser minimizadas com ação de controle dos riscos.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando as peculiaridades deste artigo e as atividades desenvolvidas através do emprego do processo científico, este trabalho optou por utilizar os critérios propostos por Vergara (2004, p.56), que qualifica a pesquisa sob dois aspectos: "quantos aos fins e quantos aos meios".

Quanto aos fins, a pesquisa é descritiva, uma vez que descreve o conhecimento sistematizado relacionado às estratégias utilizadas nas organizações empresariais e explicativas, por que esclarece as razões, de forma geral.

Quanto aos meios, foi realizado uma pesquisa de campo, que, segundo Lakatos e Marconi (2001), é o levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem.

Todos os dados foram analisados e verificados de forma objetiva pelas técnicas qualitativas e descritivas das informações obtidas do questionário aplicado aos empresários ou gerentes; seguindo o embasamento teórico do trabalho e a descrição das respostas dos entrevistados. Nesse processo, foi usado o contato com a realidade, objeto do estudo associado à teoria que prover esse trabalho.

A realização da coleta foi sedimentada em um questionário elaborado pelos autores, levando em consideração as propostas dos formulários de controle interno mencionadas por Almeida (2009). O questionário foi aplicado de forma presencial aos empresários e gerentes das microempresas e empresas de pequeno porte de um município do Sertão Central, do Estado do Ceará.

A aplicação aconteceu através de um questionário composto por 11 (onze) questões dicotômicas com opções de respostas "SIM" ou "NÃO", com possibilidade de realizar justificativas pertinentes à indagação.

4 RESULTADOS

De acordo com a aplicação do questionário, buscou-se desenvolver a análise com o intuito de identificar quais empresas dessa categoria trabalha e utiliza as ferramentas do controle interno nas suas atividades empresariais.

Tabela 02 – Levantamento dos dados

Práticas	Sim	%	Não	%	Total
1. A organização utiliza requisição de aquisição de material ou serviços	1	10	9	90	10
2. A empresa aplica formulário de cotação de preços (para solicitar preços aos fornecedores)	6	60	4	40	10
3. A organização aplica o mapa de licitação (para selecionar o fornecedor que ofereceu as melhores condições comerciais)	0	0	10	100	10
4. Utiliza ordem de compra (para formalizar a compra junto ao fornecedor)	7	70	3	30	10
5. Manuseia e controla os avisos de recebimento de material (evidência do recebimento de bens comprados)	10	100	0	0	10
6. A organização manuseia o mapa de controle de programação financeira	7	70	3	30	10
7. Utiliza e alimenta as fichas de lançamento contábil	6	60	4	40	10
8. Boletins de fundo fixo (para fins de prestação de contas dos valores pagos através do caixa)	4	40	6	60	10
9. A empresa realiza carta de comunicação com os bancos	0	0	10	100	10
10. Aplica formulário de devolução de material	4	40	6	60	10
11. Manuseia e controla os pedidos de vendas	10	100	0	0	10

Fonte: Autor, 2018.

Acerca da utilização do controle interno nas microempresas e empresas de pequeno porte, pode-se enfatizar alguns itens utilizados no cotidiano das empresas com mais frequência, conforme mencionados na Tabela 02:

- **Formulário de cotação de preços:** 60% das empresas em questão aplicam o formulário. Na oportunidade, os empresários e gerentes justificam que essa ferramenta é imprescindível para o sucesso do negócio, pois é por meio dela que podem analisar as condições dos melhores produtos e serviços.
- **Ordem de compras:** 70% das empresas entrevistadas utilizam a ordem de compra. Os empresários e gerentes informaram que a ferramenta é solicitada na maioria das vezes pelos fornecedores no decorrer das atividades de compras para atestar a compra realizada.
- **Avisos de recebimento de material:** 100% das empresas entrevistadas controlam o aviso de recebimento de materiais, como forma de controlar e verificar tudo que entra na empresa.
- **Fichas de lançamento contábil:** 60% das empresas entrevistadas alimentam as fichas e dados contábeis. Justificam-se que sem essa ferramenta há possibilidades de riscos da empresa sofrer uma crise de fluxo de caixa, gastar dinheiro e perder oportunidades de crescimento.
- **Mapa de controle financeiro:** 70% das empresas entrevistadas manuseiam essa ferramenta. Justificam-se que controlar a saúde de caixa é relevante para efetivar os pagamentos e despesas das atividades financeiras.
- **Controle dos pedidos de vendas:** 100% das empresas entrevistadas manuseiam e controlam todos os pedidos de vendas.

Os itens da requisição de materiais ou serviços, boletins de fundo fixo e formulário de devolução de materiais são utilizados pelos empresários e gerentes das microempresas e empresas de pequeno porte com pouca frequência, conforme supracitados. Já os itens que trata do mapa de licitação e carta de comunicação, as empresas dessa categoria não aplicam em seu plano de atividades.

Por meio do estudo realizado, evidenciou-se o conhecimento da importância do controle interno, embora algumas das ferramentas mencionadas não sejam utilizadas pelos proprietários ou gerentes das empresas com tanta frequência ou enquadradas no programa de atividade da categoria estudada.

Nota-se que para se obter o crescimento desejado está muito além apenas de ter uma direção presente e dedicada, é necessário a criação de culturas organizacionais que venham a impor rotinas administrativas e novas tendências de gestão, a fim de responsabilizar todos os envolvidos para que se obtenha um controle interno eficaz.

Em sua tese, Teonório (2007) relata quanto a estruturação do sistema de controle interno, que a empresa precisa considerar todas as características inerentes a uma boa estrutura de controle, levando em

conta a necessidade de fornecer dados confiáveis; a necessidade de salvaguardar os seus ativos e registros; de promover a eficiência operacional; de motivar a aderência às políticas predefinidas; e a necessidade de garantir o cumprimento de determinações legais.

Para que os funcionários e administradores estejam motivados a cumprir as políticas preestabelecidas, a estrutura de controle interno deve ser coerente com a filosofia da organização, não devendo existir aspectos incompatíveis com a cultura organizacional (OLIVEIRA, 1994).

Quando o controle interno é bem aplicado e desenvolvido pelas empresas, principalmente pelas microempresas e empresas de pequeno porte, as organizações desse porte tendem a realizar seus objetivos traçados. As ferramentas de controle interno irão influenciar positivamente os mais variados setores da empresa, qualificando e aprimorando, procedimentos até então ineficientes para a garantia de qualidade e segurança das operações desenvolvidas no programa de gestão da empresa.

Para Attie (2000, p.114):

Um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir o controle orçamentário, custos padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento de pessoal e, inclusive, auditoria interna. Pode também, por conveniência, abranger atividades em outros campos, como, por exemplo, estudo e tempos e movimentos, e controle de qualidade.

Diante da visão exposta anteriormente sobre o controle interno, observa-se que há uma extensão dos objetivos de tê-la como ferramenta administrativa e gerencial, é a garantia de qualidade e resultados para a empresa. O controle inclui uma série de procedimentos bem definidos que possibilita uma fluidez e planejamento necessários para uma melhor tomada de decisão e saúde financeira da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atingir o objetivo principal foi realizado um estudo, aplicando-se um questionário aos colaboradores das microempresas e empresas de pequeno porte de determinado município do Sertão Central, do Estado do Ceará, a fim de obter informações para serem analisadas.

O controle interno torna-se um fator relevante para a empresa, pois é uma ferramenta que previne irregularidades no desempenho das atividades organizacionais, influenciando a tomada de decisão mais tempestiva e assertiva.

Conclui-se que, apesar da percepção dos proprietários ou gerentes que não utilizam algumas das ferramentas do sistema de controle interno nas suas empresas, foram constatadas várias ferramentas utilizadas e aplicadas pelas empresas e suas contribuições do controle interno em todos os departamentos verificados, ao passo que as empresas têm a possibilidade de atrair mais clientes, e, com isso, maximizar seus lucros, podendo arcar com suas obrigações.

Devido a delimitação do presente trabalho, sugere-se novas pesquisas, realizando abordagens relacionadas ao tema do controle interno: comparação dos custos gerados pelos instrumentos do controle interno, da organização e custos de controle externo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2010.

ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARBIER, E. **Manual de Auditoria**. 2. ed. Recife: Edições Cetop, 1999.

CASAROTTO FILHO, N. **Elaboração de projetos empresariais**: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CREPALDI, S. A. **Curso básico de contabilidade**: resumo da teoria, atendendo as novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, J. A. de. **Controle interno nas empresas**. São Paulo: Atlas, 1998.

BRASIL. Casa Civil. **Lei complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores: Lei das microempresas e empresas de pequeno porte. Brasília (DF): Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Casa Civil. **Lei complementar nº 127**, de 14 de agosto de 2007 e alterações posteriores: Lei das microempresas e empresas de pequeno porte. Brasília (DF): Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp127.htm. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Casa Civil. **Lei complementar nº 128**, de 19 de dezembro de 2008 e alterações posteriores: Lei das microempresas e empresas de pequeno porte. Brasília (DF): Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Casa Civil. **Lei complementar nº 133**, de 28 de dezembro de 2009 e alterações posteriores: Lei das microempresas e empresas de pequeno porte. Brasília (DF): Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp133.htm. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Casa Civil. **Lei complementar nº 139**, de 10 de novembro de 2011 e alterações posteriores: Lei das microempresas e empresas de pequeno porte. Brasília (DF): Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp139.htm. Acesso em: 10 fev. 2018.

IBGE. **As Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/>. Acesso em: 10 fev.2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações científicas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas, organização e métodos**: uma abordagem gerencial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, L. M. de. **Contribuição ao estudo da auditoria operacional em empresas que praticam a filosofia da excelência empresarial**. 1994. 121 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Controladoria) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 1994.

OLIVEIRA, L. M. de. **Curso básico de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, A. N. **Controles internos empresariais e gestão**: visões e importância – uma abordagem exploratória. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004. (Coleção Contabilidade Vista e Ver).

PEREZ JUNIOR, J. H. **Auditoria de demonstrações contábeis**: normas e procedimentos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PORTAL BRASIL. **Sobrevivência e mortalidade**. São Paulo: Portal Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/sobrevivencia-e-mortalidade>. Acesso em: 05 out. 2018.

RESOLUÇÃO CGSN Nº 94, de 29 de novembro de 2011. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=36833&visao=original>. Acesso em: 05 out. 2018.

RIBEIRO, O. M.; RIBEIRO, J. M. **Auditoria fácil**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

SÁ, A. L. de. **Curso de auditoria**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, C. A. T.; NIYAMA, J. K. **Contabilidade para com cursos e exame de suficiência**. São Paulo: Editora Atlas S A., 2011.

SILVA JÚNIOR, J. B. da. **Auditoria em ambiente de internet**. São Paulo: Atlas, 2000.

TEONÓRIO, J. G. **Controle Interno**: um estudo sobre a sua participação na tomada de decisão de investimento no mercado de capitais brasileiro. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SOBRE OS AUTORES

João Paulo Silva do Nascimento

Graduação em Administração. Especialização em Gestão Escolar (UFC); Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria (UNICATÓLICA); Docência na Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFCE).

Contato: jpaulo_adm@hotmail.com

Douglas Willyam Rodrigues Gomes

Graduação em Administração e Ciências Contábeis. Especialização em Gestão Pública (UECE); Segurança Pública e Defesa Civil (FAMETRO); Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior (FUNIP). Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil. Doutorado em andamento em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza, UNIFOR, Brasil.

Contato: douglaswillyam@gmail.com

Oderlene Vieira de Oliveira

Graduação em Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Mestrado e Doutorado em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza, UNIFOR, Brasil.

Contato: oderlene@unifor.br